

Atenção à população em situação de rua não foi sempre a mesma: 20 anos de impactos das pesquisas na administração pública da assistência social

Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi

Introdução

No Brasil a política de assistência social está definida pelas funções de proteção social, defesa de direitos e a vigilância socioassistencial. Isso implica em dizer que existe um conjunto de ofertas que visam a garantia das condições de seguridade social para superação das históricas condições de mutilação da cidadania. Ou seja, a política de assistência social é responsável por assegurar a oferta de acolhimento, promover a autonomia, o fortalecimento de vínculos e da convivência, acesso à renda e outras políticas setoriais, além de prestar assistência na eventualidade. Assim, busca-se atender às necessidades materiais e relacionais das pessoas em condições de vulnerabilidade e risco sociais. A efetividade da gestão e das políticas públicas no campo da seguridade social envolve o aprofundamento de conhecimentos e o reconhecimento de experiências específicas de grupos sociais particulares.

A situação de rua esteve historicamente vinculada às ações de assistência social e interseccionada pelas questões migratórias, é relativamente recente a sua ampliação da responsabilidade para outras políticas setoriais, como saúde por exemplo. De todo modo, essa atenção socioassistencial nasceu da necessidade de reconhecimento da precarização do trabalhador que em busca de melhores condições de vida, se dirige às cidades e nessa trajetória a rua surge como possibilidade de pernoite e sociabilidade.

O tema passa a estar presente nos mais variados países pelo mundo, especialmente, nessa disputa pelo direito à cidade, marcadamente posta a partir da década de 1990. Antes desse período alguns estudos podem ser apontados, como Stoffels (1977), porém ganha escala na mídia e nas respostas do poder público anos de retomada democrática.

A busca por compreender as diversas dimensões da desigualdade no polo da metrópole paulistana, na perspectiva da qualificação da proteção social e da defesa de direitos, função própria da vigilância socioassistencial, também envolve reconhecer a territorialidade como premissa. Pois “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição” (Santos, 2014: 107).

As oportunidades não são as mesmas para os indivíduos com os mesmos níveis de escolaridade ou renda, pois dependem do lugar em que vivem no tecido urbano. Esse lugar também é definido em termos de posição social que ocupam, isso considerado o capital simbólico que acumulam (Bourdieu, 2011).

A situação de rua, como campo social (Lanfranchi, 2022) é definida por hierarquias verticais dadas pelas condições homogêneas das experiências de extrema privação e exclusão e por hierarquias horizontais dadas por posições sociais heterogêneas a partir do capital da sobrevivência que acumulam antes e durante a situação de rua. Ambas promovem, respectivamente, a distinção de seus sujeitos dos demais membros da sociedade e do grupo específico.

Tem como característica central, conforme Decreto Nº 7.053/2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a “inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”.

Há uma concordância nas diversas definições e abordagens de diferentes países (Feantsa, 2005) que a rua é resultado da sobreposição de um conjunto de fatores de desqualificação social, tais como ausência de segurança habitacional, desemprego, sofrimento mensal e psicossocial, ruptura e fragilização de vínculos, violência, entre outros. Como resultado de processos de desqualificação social e de dependência das ofertas socioassistenciais, trata-se de refugio humano. Portanto, em cada país e território ganha feições específicas. No caso brasileiro, na média, são homens negros, sozinhos, trabalhadores precários, de 40 anos. Mas quando olhamos para dentro do próprio grupo, identificando subgrupos, é possível perceber as especificidades de cada tempo.

Por isso, o presente artigo parte do princípio de que a situação de rua é definida pela: 1) Condição Social - em que o sujeito que por sua trajetória de desqualificação social experimenta a condição de exclusão da estrutura (por isso o usa da expressão em situação de rua). Nesse caso, há um achatamento do sujeito na qualidade de excluído, desqualificado, subalterno ainda que se mencionem sua heterogeneidade empírica; 2) Posição Social - em que as interpretações da situação de rua consideram os processos internos de disputa (econômicos, sociais e territoriais) e partem do princípio da interseccionalidade, entre cidadania e subjetividade, definindo as distâncias entre aqueles que estão no campo disputando pelo Capital da Sobrevivência (onde comer, como resistir à institucionalização, etc.).

Dentro desse contexto, considerado o acúmulo de 20 anos de pesquisas censitárias e perfis amostrais da população em situação de rua da cidade de São Paulo, é que o presente artigo objetiva evidenciar o legado histórico a partir do reconhecimento dos impactos dessas pesquisas sobre a forma de atenção prestada. A partir o exercício de compartilhar a experiência, visa alimentar novos e mais audaciosos espaços de qualificação. Contudo, não se trata de medir a escala dos impactos, mas de dar visibilidade às alterações nas formas de atenção à população em situação de rua em razão do conhecimento acumulado em pesquisas censitárias e perfis amostrais. Ou seja, é responder à pergunta: em que medida as pesquisas interferiram nas formas de atenção a população em situação de rua ao longo de seus 20 anos?

1. O que os Censos e Perfis Amostrais nos trazem?

Segundo a teoria sociológica de Bourdieu (2011) as relações de poder na sociedade se dão tanto pela condição social como pela posição dentro de um dado segmento. Isso significa entender que a população em situação de rua é um subproduto das relações de classe e de poder no capitalismo. Por isso, vê-se a expressão dessa desigualdade nos mais variados centros urbanos pelo mundo. As condições materiais, o acesso aos direitos, as possibilidades de participação, de voz e vez etc., definem essas condições de existência. O próprio sistema e a estrutura de classes estabelecem as formas de sobrevivência, sendo uma delas a situação de rua.

Segundo o último Censo realizado na cidade de São Paulo, foram contadas 31.884 pessoas vivendo nas ruas ou acolhidos em serviços socioassistenciais em 2021 (Qualitest/Smads, 2021), representando uma taxa geométrica de crescimento de 14,4% ao ano entre 2019 e 2021. É significativo reconhecer que entre 2015 e 2019 essa taxa era de 13,9% a.a., que entre 2009 e 2015 essa taxa era de 2,6% a.a. e que de 2000 até 2009 era de 5,1% a.a. (ver tabela 1). Complementarmente, a pesquisa em sua fase amostral, revelou também, um aumento de pessoas vivendo nas ruas pela pandemia, sendo os principais fatores o desemprego, a insegurança habitacional (dificuldade em pagar aluguel), entre outros. Contudo, é fundamental apontar que a pesquisa permitiu verificar que a crise econômica ainda é o principal fator de causa da situação de rua. Por ter sido fortemente sentida no Brasil a partir dos anos de 2014, ela foi agravada pela pandemia. Essa mesma análise se vê sustentada pelas taxas geométricas. Isso pois, nota-se a reversão da tendência de queda na taxa de crescimento ao longo do período de realização dos censos (ver tabela 1). Assim, as menores taxas de crescimento correspondem aos períodos de maior aquecimento da economia.

A rua vira “casa” a partir de uma resignificação que se faz do espaço público dada pela necessidade de sobrevivência. Um olhar para a distribuição espacial das atividades produtivas ao longo das duas últimas décadas, revela que os processos de desindustrialização representam um espaço de permanência e pernoite dado pela reduzida possibilidade de conflito de uso e ocupação das vias públicas para fins não previstos como moradia. São os extensos imóveis fabris desocupados também espaços possíveis de instalação de barracas e pernoite nas calçadas. Assim, como nos centros urbanos históricos, que quase não possuem imóveis residenciais. Suas marquises permitem, no período noturno, que essa forma de ocupação se estabeleça. Também a mesma análise estatística revelou que as atividades do terciário servem de referência para a aquisição de recursos caros à sobrevivência nessas condições, dadas as possibilidades de prestação de serviços precarizados e a alta circulação de pessoas, ampliando as possibilidades de doações e aferição de renda (Lanfranchi, 2022).

A grande maioria da população de rua persegue regularmente um leque de estratégias para a sobrevivência, dentro de um raio de ação delimitado, mobilizando-se espacialmente na cidade, em função de atender suas necessidades básicas, quer de obtenção de rendimentos monetários, quer de alimentação, vestuário, de higiene, entre outros. É, portanto, uma população móvel e heterogênea que circula geograficamente em função de condições econômicas, culturais e sociais diferenciadas (Borin, 2003).

A vida na rua é frequentemente permeada por uma condição de incerteza. Não há garantias de que o que facilitou a sobrevivência hoje funcionará amanhã. Todo dia é um novo refazer em busca da sobrevivência, o que torna a vida extremamente fragmentada. É essa situação que dá à vida das pessoas nas ruas um caráter distinto de outros segmentos da pobreza urbana (Borin, 2003). Ou seja, envolve o conhecimento acumulado de recursos da sobrevivência (pontos de concentração, feiras de rolo, pontos de distribuição de alimentação etc.) que vão definir a sua capacidade de resistir à institucionalização (Lanfranchi, Ferreirinho, 2019).

As historicidades das transformações sociais marcam territórios e grupos, assim, se configurando como rugosidades (Santos, 2008), são camadas sobrepostas na paisagem urbana que, por serem resultantes de conflitos sociais não superados, ficam menos ou mais visíveis, sem com isso deixarem de existir. O mesmo pode ser observado quando olhamos os resultados das pesquisas Censitárias e Perfis Amostrais da população em situação de rua.

Considerando os resultados acumulados, pode-se afirmar que o perfil médio, segue sendo o do homem, de 40 anos, preto ou pardo, sozinho, com trajetória de precariedade ou precarização nas relações de emprego. Ou seja, esteve presente desde o início da série histórica dos levantamentos e segue ainda sendo maioria. Pois o Brasil, permanece um território racista, que buscou um projeto de branqueamento da força de trabalho em seus primórdios de sistema capitalista (Schwarcz, 2019). Desta forma, negando, portanto, a uma parcela preta da população a possibilidade de empregos fora da precariedade e “bicos”.

Como evidência, temos que em 2000 tinha-se que 86,2% eram do sexo masculino, em 2009 passou para 86,1%, depois em 2015 atingiu uma representação de 88%, depois em 2019 atinge 84% e em 2021 identifica-se 81% do sexo masculino. Também foram identificados como “não-brancos” 61,1% em 2000, depois 64,3% em 2009, chegando a 72,1% em 2015, atingindo 79,3% em 2019 e, por fim, representando 74,2% em 2021.

O olhar para os segmentos, dentro da série histórica, revela que no início dos anos 2000, havia uma relevante participação de catadores de materiais recicláveis. Eram sujeitos que tinham moradia distante dos locais de coleta e revenda. Assim, dormiam durante a semana junto às suas “carroças” nas calçadas. Com o avanço da formalização da reciclagem na cidade, esse volume diminui na paisagem. Além disso, a expansão de novas centralidades em bairros tradicionalmente populares, aproxima os recursos de seus locais de moradia, contudo não deixam de existir.

Esse fato é reforçado pela evidência de que a maioria ainda conta com essa atividade como uma das mais representativas como fonte de renda na situação de rua. Sempre no topo da lista das atividades atuais, sendo que em 2021 eram 27% que apontavam coletar material reciclável para ganhar dinheiro e em 2019 eram 19,9%.

Na virada da década de 2010, identifica-se uma ampliação na participação numérica das mulheres. Sendo identificada a quantidade de 1.804 do sexo feminino em 2000, depois passando para 2.326 em 2015, em seguida o registro de 3.604 em 2019 e depois atingindo o total de 5.109 mulheres em situação de rua em 2021. Nesse sentido, é preciso reconhecer que ao longo desse período muito se avançou no debate e nas estruturas de combate à violência de gênero, ainda que insuficientes. Muito graças à popularmente conhecida como Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que se tornou o principal instrumento legal para inibir, prevenir e punir as situações de violência das mulheres no Brasil. O cotidiano de corpos-mulheres é permanentemente objeto de violência e na rua não é diferente.

Na pesquisa de 2015 isso fica consolidado como tendência. “Assim, destacamos as mulheres, os egressos do sistema prisional e a comunidade LGBT. Isto pois, a pesquisa possibilitou identificar indícios mais objetivos dessas vulnerabilidades específicas para esses grupos. Em outras localidades da América Latina, as mulheres também representam grupo que requer olhar aprofundado de proteção social. Muitas vão para as ruas por motivo de violência sofrida, e na rua enfrentam outras situações de violência de várias ordens. Considerando que os adultos com crianças são na maioria mulheres e que as mulheres apresentam maiores agravos decorrentes da rua, podemos abordar as vulnerabilidades das mulheres [também] a partir dos dados sobre famílias (Nakagawa, 2016:17).

Como, em 2015, a Pesquisa passou a contar com uma terceira etapa de campo, focada no olhar aprofundado de segmentos específicos e identificadas suas necessidades, também nesse período foi possível perceber que idosos estavam indo para a rua, já em idade avançada. Ou seja, a precarização de suas condições na velhice tornava a rua uma possibilidade. Naquela oportunidade, percebe-se que os serviços e acolhimento à idosos tem um papel crucial de proteção à vida.

Ainda nesse contexto de aprofundar perfis específicos dentro da população em situação de rua. Em 2015 ocorre a inserção da variável “Barracas”. Isso resultado de difusão das barracas de camping em substituição das barracas improvisadas de papel e lona, que permanece até os dias de hoje. Percebendo a ampliação dessa solução entre aqueles em situação de rua, a pesquisa de 2015 passou a levantar essa quantidade.

Isso, pois ocorreu um evento chamado *Campus Party* na cidade. Um grande evento internacional de tecnologia e inovação digital que busca construir redes focado no público jovem. “Em sua primeira edição brasileira, em São Paulo, [em 2008,] a Campus Party atraiu cerca de 3300 campuseiros e quase 100 mil visitantes” (Alvares, Vagner, 2013:si). Em sua edição de 2013, reuniu cerca de 7.500 “campuseiros”. Após a finalização do evento alguns participantes decidiram doar as suas barracas para as pessoas em situação de rua. Em 2015, foram “identificados 2.802 pontos de concentração, sendo 11% com presença de barracas e 63% em calçadas” (Nakagawa, 2016:11). Depois, em 2019, foram identificadas 2.050 moradias improvisadas (barracas de camping ou improvisadas) e no censo de 2021 a quantidade de 5.242 barracas

Em 2019 os técnicos observam um aumento de famílias em situação de rua. Agora com configurações mais amplas do que se tinha no passado, em termos de quantidade de membros. Em 2019 indicam 17,25% viver com marido, esposa, pai, mãe, madrasta, padrasto, filho ou outro membro da família, contra 73,95% que indicavam estar sozinhos. Em 2021 essa porcentagem que indicam viver com família aumentou para 19,69% e sozinho caiu para 71,15%.

Outra percepção que vem ampliando desde seu início e que agora se configura com mais força é a participação da comunidade LGBTQIANP+, especialmente transgêneros. É importante reconhecer que em 2015, quando iniciou-se o olhar para esse público, ainda se fala em orientação sexual, o que hoje foi superado pelo debate entorno da identidade de gênero. Mas de tudo como já foi possível identificar a necessidade de proteção específica, dado o maior volume de violência sofrida. Há violência direcionada a esse segmento em razão da LGBTfobia. Em 2019, foram identificados 1,6% (386) que não se identificam como cisgênero. Em 2021 essa porcentagem aumenta para 2,1% (668) não-cisgênero. É importante ressaltar que em 2019 a homofobia é criminalizada no Brasil. Nesse ano de 2019, foram registradas 329 mortes violentas de LGBT+, sendo 297 homicídios. Já em 2021 esse número cai para 316 casos, sendo 262 por homicídio (ACONTECE, ANTRA, ABGLT, 2022:16-18).

Ainda que forma resumida, é importante trazer esse conjunto da série histórica das pesquisas com população em situação de rua realizadas pelo setor de vigilância socioassistencial da cidade de São Paulo (ver figura 1). Essa historicidade contextualizada mobilizou esforços, recursos e alterou as agendas de defesa e atenção (ver figura 2). Isso reforça o entendimento de que pesquisas dessa natureza são possíveis dentro da gestão pública. Desse modo, servindo ao interesse público, aprofundando o conhecimento sobre um dado fenômeno ou segmento social, difundindo-o amplamente entre os mais diversos atores da sociedade e, assim, assertivamente direcionando ações de proteção social e defesa de direitos.

2. O que os Censos e Perfis Amostrais impactaram nas ofertas?

Nesse esforço de tornar evidente para a sociedade em geral seus desdobramentos é que se faz o presente artigo. Sabemos que o Estado é um reflexo da pluralidade de poderes e forças estabelecidos pelas alianças e coalizões presentes num dado tempo e uma dada sociedade (Bresser-Pereira, 2003). Por isso, na gestão pública está em jogo os equilíbrios de forças políticas e, portanto, de suas agendas. Como resultado, o conhecimento produzido dentro e a ação efetiva pelo Estado sofre com limitações.

Como por exemplo, austeridade financeira dada por uma visão reduzida do estado neoliberal, ou ainda pela capacidade técnica e da sociedade civil em pensar criativamente alternativas democráticas e humanistas, ou ainda concepções de difícil desconstrução consagradas em normas e legislações. O legado assistencialista que ainda resiste nas ofertas socioassistenciais, também representa um impeditivo ao avanço na compreensão de impactos dessas políticas. Por isso mesmo, entende-se fundamental reconhecer e identificar quando a pesquisa pode contribuir para o debate público e efetivamente gerar novas alternativas de respostas do poder público que visem qualificar a experiência cidadã em respeito as nossas dívidas históricas (ver figura 2).

Munidos desse objetivo, foi possível verificar que as pesquisas dos anos 1990, realizadas pelos servidores e limitadas ao centro tradicional, levaram à necessidade de se pensar novas formas de acolhimento (criticando o modelo CETREM, que até uniforme tinha, com arquitetura típica de presídio). Foi um momento importante para o reconhecimento da situação de rua como objeto da intervenção da assistência social.

Depois nos anos 2000, adotando metodologia hoje exportada para outros territórios nacionais, tem-se como impacto os subsídios para o debate e construção dos padrões de oferta, incluindo a dimensão da aquisição dos usuários. O exemplo emblemático disso é o projeto Oficina Boraceia de 2002 focado no catador, espaço para cachorros, carroças etc. Também os espaços de convívio e acolhimento com trabalhos voltados ao estímulo à formação de lideranças políticas. Foi nesse período que ocorreu uma efervescência de propostas de cooperativas de reciclagem. Foi da voz desses sujeitos acolhidos e mobilizados por uma busca coletiva de superação e tecnologias sociais que se chegou em tipificações como “Centro de Acolhida com Capacitação Técnica”, ainda presente na rede socioassistencial, no ano corrente.

A pesquisa de 2003 permitiu a consolidação da Norma Técnica com padrões de ofertas, passando a incluir o processo de concorrência pública. Hoje presente no território nacional, na forma do MIROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), que regula a relação de parceria. Também servindo de referência para a construção nacional de Tipificação de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009).

É importante reconhecer que a partir desse período instaura-se o foco nas ofertas no acolhimento por meio de “albergues”. Trata-se de acolhimento realizado em imóveis grandes, tipo galpões, com alta capacidade de atendimento, com vagas majoritariamente masculinas acima de 200-500 vagas. A pressão por acolher o crescente populacional acaba transformando uma solução de caráter emergencial em permanente. Essa forma de resposta esteve presente em todo o país e permanece até hoje. Contudo, a sensibilidade dos técnicos e profissionais do campo, levantou a necessidade de qualificação. Tendo como resultado a realização de pesquisa de avaliação desses serviços.

Em 2005 a pesquisa de avaliação dos “Albergues” ocorreu ao mesmo tempo em que se observa uma atuação quase totalmente focada no acolhimento do tipo “casa de passagem”. É aqui que se pode dizer que nasce uma atuação socioassistencial que se resume na vaga, como um fim em si mesmo. Ressalva deve ser feita, pois que na verdade a vaga deveria ser o começo de um processo de experimentação de novas possibilidades de cidadania e conquista dos direitos. Porém, o que vemos é a consolidação do modelo escada, de gradativa evolução dentre as modalidades de acolhimento, da tutela até o alcance da autonomia.

A pesquisa de 2007 focada na criança e adolescente em situação de rua, permitiu a construção de um fluxo integrado de atendimento entre serviços de proteção social média e básica, bem como o benefício PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Constituindo um sistema de trabalho em rede, dispo de um conjunto de ações intersecretariais com foco na proteção à infância. Na época, “[...] *com a campanha ‘Dê mais que esmola, dê futuro’, tiramos das ruas quase 3.000 meninos e meninas, inserindo suas famílias em programas de transferência de renda e garantindo escola e pós-escola. Procuramos ainda nos articular no território em que essas crianças vivem e oferecer um conjunto de serviços públicos governamentais e não-governamentais de acordo com suas demandas, a fim de construir uma rede socioassistencial local e ampliar os espaços de ensino e lazer*” (Pesaro, Montoro, 2007:si).

Em 2009 há um contexto de disputa política por visibilidade e reconhecimento, marcado pelo 1º Encontro Nacional, realizado em São Paulo, que resultou, felizmente, no Censo Nacional e na Política Nacional. Também se refletiu na construção de um formulário específico para esse segmento para inserção no Cadastro Único de Assistência Social (CadÚnico) e, portanto, de ampliação do acesso aos seus benefícios em Programas Usuários, como o Bolsa Família. Já em âmbito municipal, resultou no alinhamento da tipificação municipal à luz da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, revelando um ineditismo com alinhamento entre padrões de ofertas, padrões de custos financeiros e de indicadores e metas de monitoramento e avaliação. Além é claro, da evidente ampliação de cadastrados no CadÚnico com marcação “em situação de rua”. Além disso, promoveu uma significativa diversificação das ofertas, especialmente na modalidade de “serviços de acolhimento especial”.

Em 2011 a pesquisa foi de “gabinete”, o que levou à uma baixa adesão por parte do corpo técnico, tanto na elaboração da metodologia como em suas implicações. Sendo majoritariamente imbuída de propósitos políticos, foi realizada fora das estruturas técnicas da gestão pública. Disto resulta, o reforço da manutenção do foco no acolhimento institucional massivo como a principal resposta da política de proteção social e nenhum engajamento pelos profissionais, especialmente dos burocráticos de nível de rua.

Em 2015 passou-se a incluir na pesquisa a etapa de “Identificação das necessidades” considerando recortes específicos de perfis mais vulneráveis dentro da situação de rua. Além disso, a identificação da questão de gênero, LGBTQIA+, resultou na percepção de sua extrema exposição à riscos. Disso, decorreu a construção do primeiro serviço de acolhimento específico para mulheres trans, integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) também específicos para esse público e outros benefícios complementares de renda.

Além disso, houve ampliação das ofertas de atendimento aos Idosos, com a expansão da rede de média complexidade. Foi a primeira vez que a cidade passou a contar com a rede de Centro Dia. Além da ampliação da oferta de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), além de Centro de Acolhida Especial para Idosos e Repúblicas. Também foi nesse período, que os primeiros Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua foram instalados na cidade.

É esse olhar para a rua como espaço de potencialidades e riquezas, que se dá voz aos saberes e capitais que acumulam. É dessa hierarquia horizontal, que se aprofunda o olhar para segmentos dentro da rua, que se pode pensar um leque cada vez maior de ofertas. Desse modo, é que se constrói um ambiente propício para o poder público responder com políticas afirmativas e focalizadas. Por outro lado, não se pode perder de vista a dimensão universal da atenção, portanto, sua dimensão coletiva e casuística. A individualização da atenção ao mesmo tempo que ampliou a proteção, esvaziou de sentido a luta pela universalidade do direito, mantendo-se o modelo escada de atendimento.

Em 2019, temos o reconhecimento e crítica da centralidade no serviço de acolhimento, por isso, passamos a aprofundar o olhar para as Repúblicas como reconhecimento das possibilidades de reordenamento e a experiência frustrada de pensar serviços habitacionais. Além disso, passamos a incorporar as variáveis que captam em parte os recursos de sobrevivência nas ruas (onde consegue água para banho, sapatos etc.), o que permitiu revelar as insuficiências dos serviços socioassistenciais que ainda dependem de doações para prover o mínimo necessário como uma vestimenta, sapatos, água para beber etc.

A última pesquisa de 2021, aprofunda e refina as estratégias de amostragem para um olhar das necessidades, que vê reforçada na fala dos sujeitos que a trajetória até a rua é resultado de insegurança monetária e habitacional. Os seus resultados têm servido de referência para a ampliação das ofertas, em especial, às famílias (com as mais variadas composição). Desse acumulado processo, deu-se origem ao modelo de rápida implantação de unidades de moradia temporárias (projeto denominado “vila reencontro”). Das ausências das ofertas de serviços habitacionais e da expansão da presença de famílias inteiras em situação de rua, se fez possível novas modalidades com maior autonomia. Também, graças à realidade da calamidade sanitária imposta pela pandemia da covid-19, foram ampliadas as ofertas de acolhimento em hotéis sociais.

A mais recente pesquisa censitária de crianças e adolescentes em situação de rua de 2022, vai retomar a necessidade de protocolos intersecretariais de proteção à infância, sendo publicada em 2023 as novas normativas. Também colocado no entro do debate a demanda por serviços de convivência que foram sendo fechados ao longo da série histórica. Esse debate se materializa com a publicação da Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua (Lei Nº 17.923, de 10/04/2023). De todo modo, a utilização dos resultados das pesquisas depende muito do modelo de gestão. A pesquisa quando realizada dentro e pela gestão pública, tem mais chances de adesão por parte da sociedade civil, ainda que resistam críticas por confundirem a realização da pesquisa com o atendimento socioassistencial. É preciso dizer que essas pesquisas são realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), mas de uso e fundamento para o conjunto intersetorial das políticas para a situação de rua.

Podemos resumir esses impactos em 5 dimensões, que não guardam relação hierárquica entre si, à saber (ver figura 3):

1. Impacto Normativo: Por necessidade de atender a uma norma ou para o reconhecimento nas normas. (ex: Pol. Nac. Pop Rua – CadÚnico)
2. Impacto nas Ofertas: A inclusão por expansão das ofertas e políticas afirmativas (ex: imigrantes, LGBTQIANP+, PETI etc.)
3. Impacto no conhecimento: Novas nomenclaturas e designações (ex: Sexo, identidade de gênero, orientação sexual, de mocós para barracas)
4. Impacto em outras políticas: Atendimento intersecretarial da situação de rua (ex: Comitê Pop Rua, Consultório na Rua etc.)
5. Impacto na Democracia: Fortalece-se os espaços de negociação e disputa de agenda (ex: “Não dá mais para falar que não sabe”).

As desigualdades brasileiras se expressam também na estruturação de políticas públicas permeadas pelas moralidades e focalidades, nas formas de atendimento e reconhecimento desta parcela desprovida, como na distribuição dos recursos entre os territórios urbanos. É urgente a defesa do SUAS, pois o desmonte em curso se soma à conjuntura da Covid-19, representando agravamento da desproteção, aprofundamento da miserabilidade, perda de dados e de vidas. O SUAS é muito caro à defesa de direitos dos sujeitos em situação de rua, ainda que se possa verificar que o Modelo de atenção esteja inadequado na sua execução. Pois, tem se constituído mais como em um sistema de portas de entrada, sem portas de saída. Ou seja, que acaba por institucionalizar e, portanto, silenciar os sujeitos (Lanfranchi, Ferreirinho, 2019).

3. Quais lições e aprendizados ficam para as próximas gerações de pesquisas?

Como fenômeno urbano a situação de rua é resultado de crises e reformulações do capital, agravadas por condições sanitárias e de estruturação da seguridade social. Portanto, mantendo uma relação direta com os processos de desindustrialização que definem os locais de pernoite, também com a expansão das atividades de comércio e serviços que vão influenciar a distribuição dos pontos de interesse para recursos de sobrevivência e espaços de centralidades polares com maior circulação de pessoas representando a possibilidade de recursos de renda para aqueles que vivem em situação de rua.

A rede socioassistencial ficou cada vez mais diversificada para dar conta da heterogeneidade de perfis dessa população, por exemplo mulheres gestantes, famílias, idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, homens e mulheres trans etc. Mas o modelo escada segue prevalecendo na execução dessas ofertas, estabelecendo que primeiro o sujeito é abordado, depois passa a ter uma relação pontual de pernoite em serviços de acolhimento com alto grau de tutela, depois dada a sua frequência e relações estabelecidas no serviço, ele passa a ser candidato para centros de acolhida especiais. Depois, conforme consegue organizar a sua vida financeira, passa a ter acesso às Repúblicas. Se considerarmos as dinâmicas da rua e a importância da segurança habitacional para os demais aspectos de organização da vida (higiene, alimentação, emprego, acompanhamento de saúde, escolarização, redes afetivas de proteção etc.) o acesso deveria ser medido pelas necessidades particulares e não ter uma única porta de entrada.

Na perspectiva do atual debate sobre “moradia primeiro” ou “housing-first”, não como modelo de serviço, mas como princípio, pode-se identificar 3 tipos de vagas: aquele modelo mais tradicional de albergue, grandes galpões com beliches; depois os centros de acolhida especiais com quartos com 2 ou 3 beliches ou até mesmo quartos individuais; e as Repúblicas ou projetos recentes como Família em Foco e Vila Reencontro, de maior autonomia (eles que organizam a limpeza, a alimentação, etc.), com quartos com 2 ou 3 beliches ou individuais (por unidade familiar).

No território nacional e do município de São Paulo, a grande maioria das ofertas está na primeira modalidade, seguido da segunda e depois a terceira. Quando olhamos os custos mensais vemos que a primeira modalidade tem um custo médio per capita por vaga inferior, a segunda e próxima do terceiro, mais especificamente, superior ao modelo República. Ou seja, trata-se de uma orientação ético-política das ofertas e não de limitações financeiras como querem sustentar os discursos de “estado mínimo” e austeridade financeira colocados pela agenda neoliberal.

A quantidade de vagas segue sempre insuficiente. O que vínhamos vendo nos últimos anos era uma expansão da rede de acolhimento, especialmente na modalidade albergue, onde a privacidade não existe e a tutela é maior (tem hora para comer, tomar banho etc.). Além disso, a guarda de pertences é limitada, sendo a capacidade de atendimento pelos profissionais de nível superior ainda mais restrita. No município de São Paulo, foi entre 2009 e 2015 que a quantidade de acolhidos superou a quantidade de pernoitando nas ruas, o que não permaneceu nos censos seguintes. Disso, resulta o entendimento de que políticas afirmativas e universais caminham juntas, quando as condições do capital são de crescimento. Porém, as suas causas seguem sem enfrentamento efetivo. Levando a existência de uma demanda infinita, pois o sistema segue continuamente expulsando sujeitos do setor produtivo pelo aprofundamento da precarização e tornando a condição de insegurança habitacional, sanitária, social, cultural etc., insustentável.

Existem regras para acessar e para permanecer nos serviços de acolhimento institucional, seja nas tipologias Casas de Passagem, seja em Serviços de Acolhimento ou em Repúblicas. O acesso muda em cada gestão. Também há regras em cada serviço, como por exemplo, alcoolizados não entram, se faltar duas vezes será desvinculado etc. Ou aqueles que estão “restritos por mau comportamento”. Aí começamos a aprofundar o olhar para as regras dentro dos serviços. Por isso, a mediação deve problematizar esses limites e buscar outros paradigmas na perspectiva da autonomia e protagonismo, com respeito aos princípios de solidariedade e associativismo. Mas, na maioria dos casos, temos uma inadequação do perfil real da população e o desejado para o convívio nesses espaços. A maioria dos serviços querem “o bonzinho” e não o “questionador”, querem aqueles que aceitem facilmente as regras e a institucionalidade.

Também existe o grau de vinculação com a vaga. São Paulo criou um termo “pernoite” e “vaga fixa”, aquele que se fizer presente sempre e com “zelo” se torna vaga fixa. Isso é uma distorção total do propósito do serviço de acolhimento emergencial. No limite todos deveriam ser “pernoite”, mas a rede foi criando categorias de assiduidade e comportamento para garantir a diversidade. Estamos falando de uma população que em sua maioria, pela própria condição, vivenciam sofrimento mental. Portanto, isso não deveria ser uma barreira de acesso ao acolhimento. Pelo contrário, o reconhecimento da dimensão do sofrimento ético-político deveria ser o começo da relação entre os profissionais e essa população. Um olhar mais geral para as ofertas socioassistenciais para a população mais vulnerável revela uma capacidade de atendimento já comprometida da rede instalada em atender as exigências. As condições de acesso e manutenção estavam em processo de desmonte pela precarização quando os primeiros casos de COVID-19 foram registrados. Assim, a inadequação reforça a percepção de urgência de reordenamento dessas ofertas. O reclame dos usuários sobre a ausência de privacidade, de muita tutela etc., agora é amplificada e reconhecida por uma parcela maior da sociedade.

Contudo, há de ser reconhecido o importante papel de proteção à vida que esses atendimentos promovem e promoveram. É nesse sentido também oportuno diferenciar que “proteger a vida” não significa automaticamente “defender a vida”, pois a defesa pressupõe reconhecê-los como sujeitos de direito, como agentes históricos dotados de autonomia e liberdade. A superação do modelo “escada” reside na possibilidade de reordenamento da oferta, diminuindo a participação dos serviços de menor autonomia (“Casa de Passagem”) para serviços de maior autonomia e respeito às suas particularidades e privacidade (“Repúblicas”). É urgente uma luta “anti-albergue”!

A defasagem da capacidade da rede instalada se soma ao aumento de demanda posto pela sucessão de crises do capital. Assim resultando em maior desproteção. Com o término do período da calamidade sanitária por COVID-19, entende-se oportuno destacar que a expansão da proteção social de alta complexidade, comprometeu a proteção social de média complexidade, onde para cada 6 vagas de alta, 1 de média foi diminuída. Também houve impacto na proteção social básica, pois foi a primeira vez na história da série histórica da cidade de São Paulo que se assistiu a uma redução de vagas e unidades de proteção social básica. Por isso, podemos afirmar que o desmonte em curso foi agravado na pandemia, levando a ampliação das desigualdades e desproteções.

A luta e conquista de espaços na cidade que permitam o acesso aos recursos é significativa e precisa avançar. É a partir de uma particular apropriação do espaço urbano e público que se faz o capital da sobrevivência e os recursos urbanos são estratégicos. Ao inverter os princípios sociais de classificação dos espaços públicos, provoca-se o incomodo da ordem hegemônica, demandando intervenções das políticas públicas, reconfigurando as disposições estabelecidas e a própria percepção desses pelos agentes públicos.

Alguns fatores, apesar de colocados como relacionados aos indivíduos (acordar, comer, uso de álcool e outras drogas etc.), têm relação direta com a organização social do trabalho e das formas de viver nos grandes centros urbanos. O Estado e a sociedade por muito tempo pautaram-se na visão assistencialista, paternalista, autoritária e higienista para o desenvolvimento de suas políticas. As ações desenvolvidas sob essa perspectiva não foram capazes de construir o complexo processo de libertação, ainda que tenha sido capaz de manter o manejo do refugio humano.

No caso da população em situação de rua, o exercício cotidiano de existência no espaço público encarna o teatro da desigualdade. Assim, como a permanência em serviços de acolhimento de forma permanente pela inexistência de política de efetiva transformação social. Essa forma de morar vai transformando o sujeito em um indivíduo calado, solitário, passivo. Na medida em que o sistema de atenção é composto por portas-de-entrada que, na prática, impedem uma pretensa evolução em degraus até a conquista de autonomia.

A atenção socioassistencial ainda que tenha sofrido necessários avanços pela diversificação e expansão das ofertas tipificadas em nível nacional e municipal, segue sendo a história da desigualdade. Pois, ainda está pautada em modelo de atenção do tipo "escada" de manejo e tutela de corpos. Ainda precisamos avançar para transformá-la em instrumento de educação libertadora e desenvolvimento social, para promover vivências solidárias e um olhar para o sujeito violado a partir da sua dimensão relacional, aquela determinada pela herança de desvalorizações sociais e culturais.

Já identificamos que o público LGBTQIA+ é extremamente vulnerável, considerando o risco que a exclusão traz (trabalhos precários, como prostituição) e violência. Também com a inexistência da família como rede de proteção, pois na maioria dos casos são os primeiros a revelarem o preconceito, romperem o vínculo e expulsar da residência. Ainda temos as mulheres, os idosos, as pessoas com doenças graves ou com deficiência. Além disso, é preciso investir em espaços de convivência que tenham a possibilidade de lavagem e secagem de roupas, como aquelas máquinas de fácil utilização, onde o sujeito com algumas poucas moedas consegue lavar e secar as suas próprias roupas. Porque não podemos oferecer isso como serviços públicos complementares, servindo de referência para a rede de proteção social, tanto para aqueles que já estão em situação de rua como os que estão em risco de vivenciá-la?

É dentro dessa realidade que é preciso reconhecer experiências e modalidades de atendimento que podem ser aprimoradas, como no caso das Repúblicas. Ainda, são mais baratas que os Centros de Acolhida mais tradicionais.

Neste sentido, seria necessário um reordenamento da rede, uma inversão histórica de modelos mais tutelares (maior volume de vagas e unidades) para serviços de maior autonomia com acompanhamento individualizado e humanizado. Isso implicaria em transferência dos “vaga fixa” para essas unidades, desafogando a oferta emergencial do “pernoite” e qualificando o atendimento às necessidades dos sujeitos.

É importante reconhecer também que a execução da política recai principalmente sob os municípios, alguns com mais ou menos capacidade de arrecadação e, portanto, de execução desses serviços de retaguarda. A demanda aumenta, o orçamento reduz, as ofertas tipificadas são precarizadas e o trabalhador sem condições para o desenvolvimento pleno de suas atividades.

Por fim, a pesquisa nessa escala geográfica e número, deve ser mantida dentro dos escritórios da gestão pública. Para manter seu vínculo com o interesse público e em nome dele. O fato de ser realizada pela assistência social, não é motivo para limitar seus usos e fundamentos para o conjunto intersetorial das políticas para a situação de rua. Ainda que a assistência social tenha um caráter mitigatório e não resolutive, isso se dá especialmente pelas ausências das outras políticas setoriais da seguridade social e pela atuação violenta de outras forças do Estado. Por isso, é urgente uma luta “Anti-Albergue”, que retome o sentido político da atuação e da proteção social. Atuar na defesa do sujeito significa superar as estruturas e práticas de subalternização e de cidadania mutilada. É improrrogável uma agenda conjunta de ações de qualificação das ofertas: Reordenamento, atendimento humanizado com foco no sujeito biopsicossocial de saúde mental, formação de lideranças “glociais”, políticas e serviços habitacionais. É fundamental ampliarmos a capacidade de dar voz e vez a população nos debates urbanos, na perspectiva do direito à cidade. A utilização dos resultados das pesquisas depende muito do modelo de gestão, quanto maior seu vínculo com as agendas de defesa de direitos humanos e envolvimento do seu corpo técnico, maior a possibilidade de qualificar a proteção social. Nesse sentido, chamamos a atenção para importância de ampliarmos a apropriação dos resultados das pesquisas pelos atores do controle social, como ferramenta de reflexão e crítica, indo além de seus usos para expansão de investimentos financeiros.

Bibliografia

- ACONTECE, Acontece Arte e Política LGBTI+. ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. (2022) “Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021”. Florianópolis/SC: ANTRA, ABGLT, 2022. ISBN: 978-65-994905-1-4. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf> Acesso: 30 jun 2023.
- ALVARES, Alexandre Rossi. WAGNER, Priscilla Koch. “Campus Party – ‘Uma rede de pessoas’”. São Paulo, Coruja Informa, PetSI, EACH/USP, 25 jun 2013. Disponível em: <http://www.each.usp.br/petsi/jornal/?p=480> Acesso em: 30 jun 2023.
- BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. “Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências”, DF: Diário Oficial da União, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2003) “Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula”. São Paulo: editora 34.
- BORIN, Marisa do Espírito Santo (2003). “Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole: Os Moradores de Rua em São Paulo”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo
- FEANTSA, Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les SansAbri (2005). “ETHOS - European Typology on Homelessness and Housing Exclusion”. Bélgica: Feantsa, 2005. Disponível em: <http://www.feantsa.org/spip.php?article120&lang=en>. Acesso em: 05 de nov. de 2016.

- FERREIRINHO, Viviane Canecchio. LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa (2020). *Duas Décadas De Censos E Perfis Da Situação De Rua Da Cidade De São Paulo (2000-2019)*. In: BÓGUS, Lucia Maria Machado. PASTERNAK, Suzana Et al (Orgs.). "As Metrôpoles e a Covid-19: Dossiê Nacional - A pandemia da COVID-19 no município e na Região Metropolitana de São Paulo: desigualdades socioespaciais, vulnerabilidades e padrão de disseminação na Macrometrópole Paulista". São Paulo: INTC-Observatório das Metrôpolis/Fórum Nacional de Reforma Urbana, p. 77 - 100, 31 jul. 2020.
- LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa (2022). "O campo social da situação de rua violência e segregação". Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26014>>.
- NAKAGAWA, Carolina Teixeira (2016) Vulnerabilidade da população em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil: mitos e especificidades. XXI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 8 - 11 nov. 2016
- PESARO, Floriano. MONTORO, Ricardo (2007). Tendências/Debates – Hoje e sempre: não ao trabalho infantil. Folha de São Paulo, Opinião, São Paulo, terça-feira, 12 de junho de 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1206200708.htm> Acesso em: 30 jun 2023.
- PMSP. Lei Nº 17.923 de 10 abril de 2023. "institui a Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua", São Paulo/SP: Diário Oficial do Município, 2023.
- SANTOS, Milton (2014). "O Espaço do Cidadão". 7 ed. 2 reimpr. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo. ISBN 978.85.314.0971-4.
- SANTOS, Milton (2008). "A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção". São Paulo: 4ª ed., Edusp, ISBN-10: 8531407133.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2019). "Sobre o autoritarismo brasileiro". 1ª ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 4ª impr.
- SAS, Secretaria de Assistência Social. FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. (2000) "Levantamento Censitário e A Caracterização Sócio-Econômica da População Moradora de Rua na Cidade de São Paulo 2000". São Paulo: SAS/FIPE, 2000. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2000.pdf Acesso em: 19 de Jun de 2018.
- SMADS, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2005). "Avaliação dos Serviços de Atenção as Pessoas em Situação de Rua Conveniados, Relativos às Modalidades de Albergues Noturnos e Núcleos de Serviço com Albergues Noturnos - Relatório Final". São Paulo: FIPE/SMADS, Jul 2006. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Pesquisa/8.pdf
- SMADS, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2009). "Censo da População de Moradores em Situação de Rua e Caracterização Socioeconômica da População Adulta na Cidade de São Paulo - Relatório do Levantamento Censitário". São Paulo: FIPE/SMADS, dez 2009. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2009_01.pdf Acesso em: 19 Jun de 2018.
- SMADS, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2015). "Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo: Sumário Executivo". São Paulo: SMADS/FIPE, 2015. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/SUMARIO%20EXECUTIVO.pdf Acesso em: 19 de Jun de 2018.

- SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. QUALITEST, Qualitest Inteligência em Pesquisa (2019). “Pesquisa Censitária da População Adulta em Situação de Rua de São Paulo”. São Paulo/SP: SMADS/QUALITEST. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizM4MDJmNTAtNzhIMi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE1YzI3liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNy9> Acesso: 30 jun 2023
- SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. QUALITEST, Qualitest Inteligência em Pesquisa (2019). “Pesquisa Amostral da População Adulta em Situação de Rua de São Paulo”. São Paulo/SP: SMADS/QUALITEST. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizDZkOGM2OWQtZmUyMS00MjU5LTljYzQtNTNjY2FmOTc2NDc3liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNy9> Acesso: 30 jun 2023
- SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. QUALITEST, Qualitest Inteligência em Pesquisa (2021). “Pesquisa Censitária da População Adulta em Situação de Rua de São Paulo”. São Paulo/SP: SMADS/QUALITEST. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizWE4MTE5MGltZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNy9> Acesso: 30 jun 2023
- SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. QUALITEST, Qualitest Inteligência em Pesquisa (2021). “Pesquisa Amostral da População Adulta em Situação de Rua de São Paulo”. São Paulo/SP: SMADS/QUALITEST. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizDZkOGM2OWQtZmUyMS00MjU5LTljYzQtNTNjY2FmOTc2NDc3liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNy9> Acesso: 30 jun 2023
- STOFFELS, Marie-Ghislaine (1977). “Os Mendigos na Cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica”. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Resenha biográfica

Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi. Doutora em Ciência Sociais (PUC-SP), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP), graduação e Ciências Social (PUC-SP). Coordenadora da Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (COVS/SMADS). Docente da graduação em Serviço Social e Psicologia da Universidade Paulista (UNIP-SP). Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, núcleo São Paulo (INTC-CNPq/PUC-SP/ FAU-USP) e da Rede Brasileira de Pesquisadores da População em Situação de Rua. Endereço R. Líbero Badaró, 425, 37o Andar - Sé. São Paulo - SP, 01009-000, Brasil. Telefone: +55 (11) 3291-9713. E-mail: clanfranchi@prefeitura.sp.gov.br e cnakagawalanfranchi@gmail.com.

Quadros, tabelas e gráficos

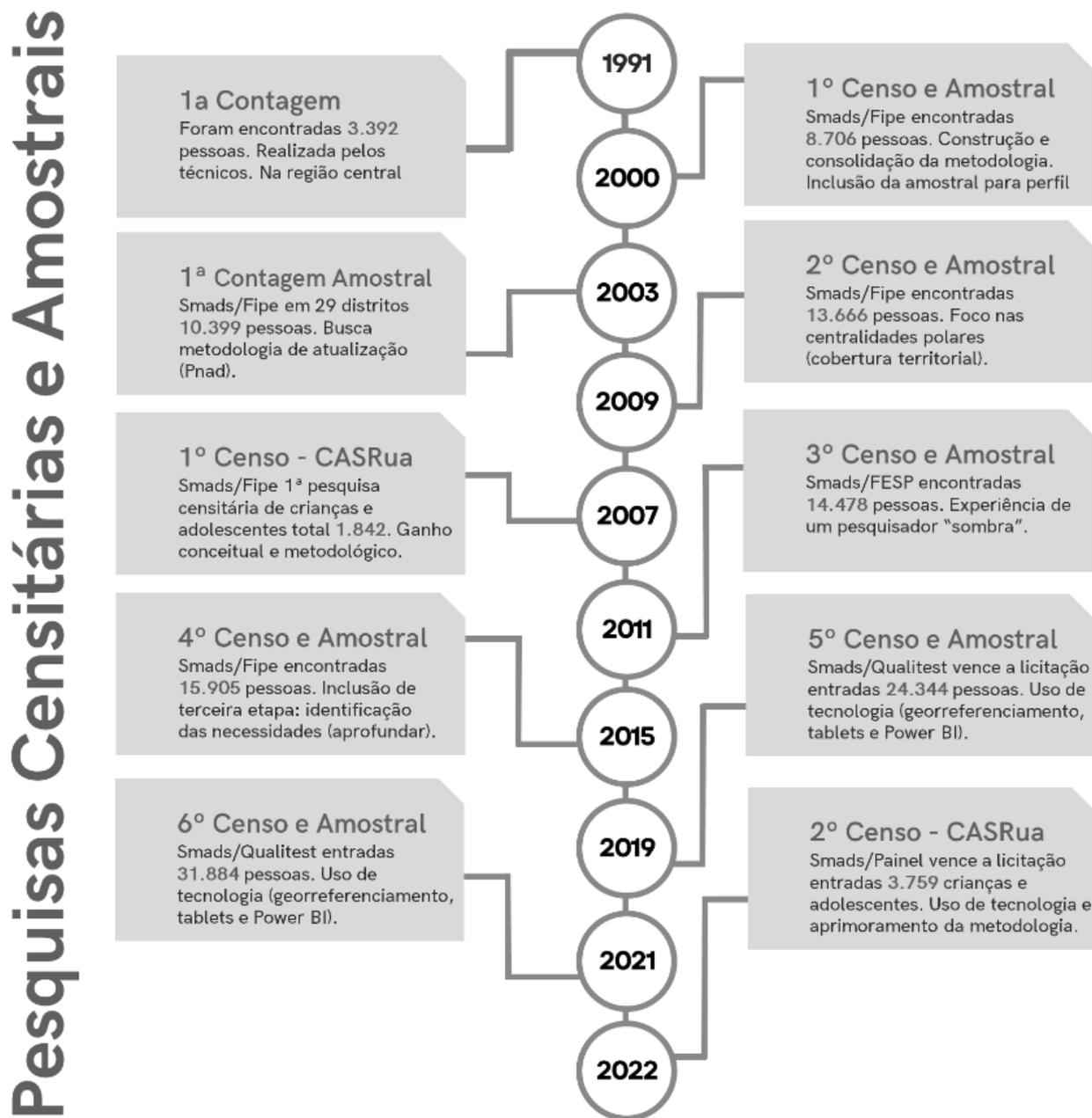
Tabela 1 – Taxas Geométricas de Crescimento Anual da População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, por Rua e Acolhido, entre 2000 e 2021

Período	Rua	Acolhidos	Total da População em Situação de Rua
2000 e 2009	3,1	7,5	5,1
2009 e 2015	1,8	3,2	2,6
2015 e 2019	16,9	11,0	13,9
2019 e 2021	23,2	4,1	14,4

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Coordenadoria do Observatório da Vigilância Socioassistencial (COVS), e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em 2000, 2009 e 2015; e Escola de Sociologia e Política, em (ESP) 2011; e Qualitest Inteligência em Pesquisa (QUALITEST) em 2019 e 2021.

Elaboração: Autora.

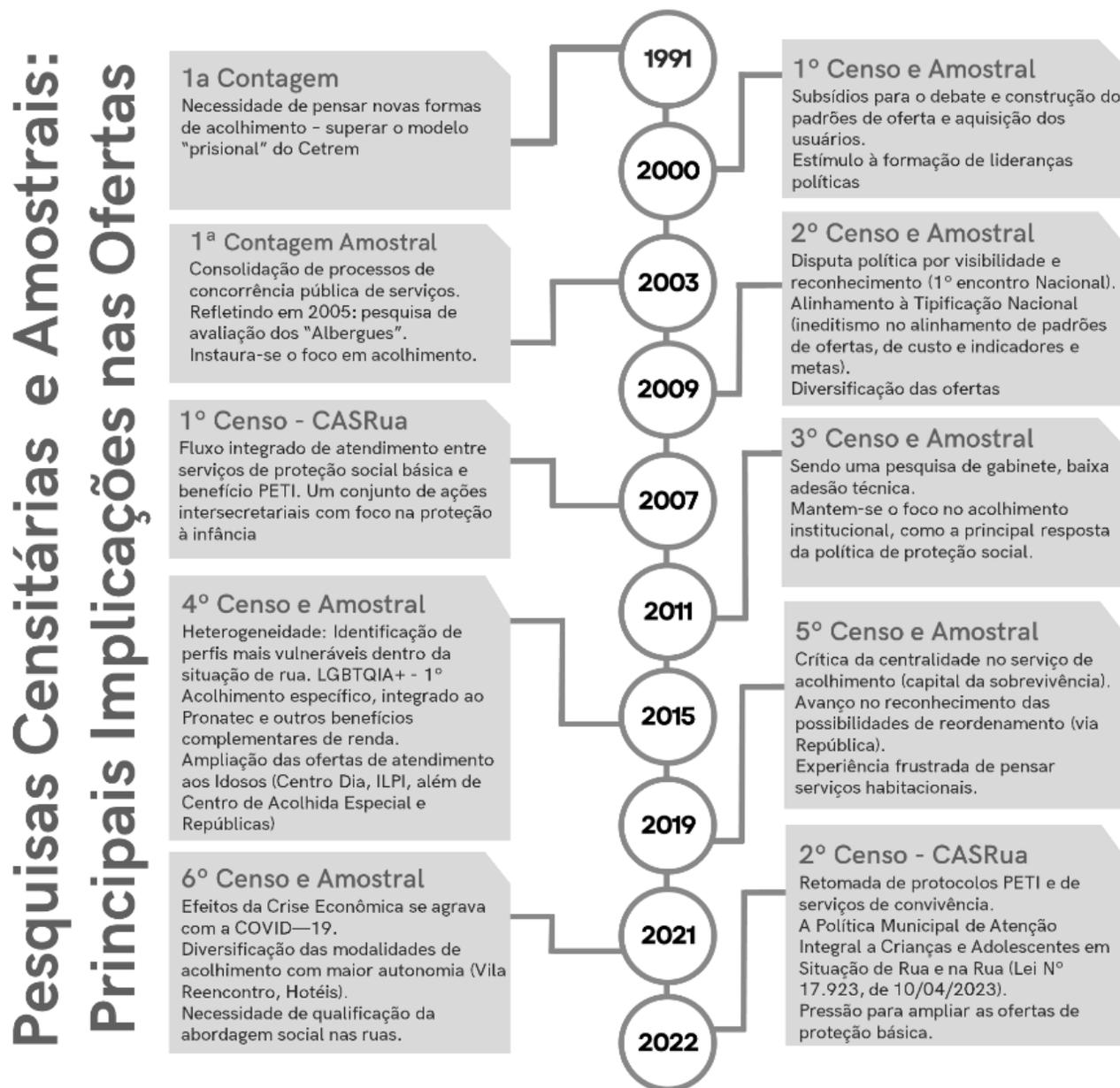
Figura 1 - Principais Resultados e Qualificações da Série Histórica das Pesquisas Censitárias e Perfis Amostrais da População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, entre 1991 e 2022.



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Coordenadoria do Observatório da Vigilância Socioassistencial (COVS), e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em 2000, 2009 e 2015; e Escola de Sociologia e Política, em (ESP) 2011; e Qualitest Inteligência em Pesquisa (QUALITEST) em 2019 e 2021.

Elaboração: Autora.

Figura 2 – Principais Impactos nas Ofertas pela Série Histórica das Pesquisas Censitárias e Perfis Amostrais da População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, entre 1991 e 2022.



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Coordenadoria do Observatório da Vigilância Socioassistencial (COVS), e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em 2000, 2009 e 2015; e Escola de Sociologia e Política, em (ESP) 2011; e Qualitest Inteligência em Pesquisa (QUALITEST) em 2019 e 2021.

Elaboração: Autora.

Figura 3 - Principais Dimensões dos Impactos na Visibilidade da Situação de Rua.



Elaboração: Autora.